

A FORÇA DA TRADUÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Bruno Pereira dos Santos¹

Resumo

Neste trabalho queremos refletir sobre as traduções do Pe. José de Anchieta durante seu trabalho de catequização dos índios na época do Brasil Colônia. Faremos, de forma concisa, uma abordagem histórica que tenha como cerne a tradução literária, sua força e influência na formação da cultura brasileira, considerando que alguns conceitos perduram até hoje. Uma das prioridades da Companhia de Jesus, a que o Pe. Anchieta pertencia, era justamente ultrapassar a fronteira e conquistar pela catequese povos não cristãos; para isso, era necessário um grande trabalho de tradução e imersão nas mais diversas culturas. Os trabalhos de tradução realizados por Anchieta atravessaram época por sua força e influenciaram a cultura brasileira. É exatamente essa força e influência que descreveremos nas páginas deste trabalho.

Palavras chave: José de Anchieta. Tradução. Mecenato. Tupi. Catequese.

Abstract

In this essay we want to reflect on the translations of Father José de Anchieta from his work of catechesis among some Native Americans groups during the Portuguese colonization of Brazil. We will present, in a concise way, a historical approach whose core is the literary translation, its strength and influence in the formation of the Brazilian culture, from which some concepts persist until today. One of the priorities of the Society of Jesus, which Father Anchieta belonged to, was precisely to cross frontiers and conquer non-Christian peoples through catechism, for which a great deal of translation and immersion in the most diverse cultures were necessary. The works of translation written by Anchieta crossed the centuries by their force and influenced Brazilian culture. It is precisely this force and influence that we will describe in the pages of this essay.

Keywords: José de Anchieta. Translation. Patronage. Tupi. Catechesis.

Introdução

Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre as traduções do Pe. José de Anchieta, realizadas durante sua atuação na catequese dos índios, no início da colonização do território brasileiro. De forma concisa, faremos uma abordagem histórica que terá como cerne a tradução literária, sua força e influência na formação da cultura brasileira, levando em conta a permanência de alguns conceitos até a atualidade.

Não se trata de um trabalho de cunho religioso, mas por se tratar da obra de tradução de um padre jesuíta, abordaremos seu processo evangelizador, como a Companhia de Jesus – fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534 – da qual Anchieta fazia parte.

¹ Mestre em Literatura e Crítica Literária (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Licenciado em Letras (Universidade de Sorocaba). Contato: brunoprof@hotmail.com.

Uma das prioridades da Companhia era justamente ultrapassar a fronteira e conquistar pela catequese povos não cristãos; para isso, era necessário um grande trabalho de tradução e imersão nas mais diversas culturas. Esses homens tiveram grande relevância para Portugal e seu processo ultramarino de conquistar o chamado Novo Mundo. Nossos colonizadores queriam, e de fato provocaram, um deslocamento do império (poder) e do saber, conhecido como *translatio imperii et studii*, movimentando o poder de leste para oeste.

Para a realização dessa *translatio* (transferência), os jesuítas se inseriam na cultura e realidade das sociedades indígenas, usando estratégias que pertenciam à ordem religiosa, sendo uma delas a tradução.

O método de tradução não era a tradução literal, uma vez que há grande diferença entre a cultura indígena e o cristianismo europeu. Era preciso utilizar um método que garantisse uma adequação profunda, que respeitasse o modo de pensar do nativo, cuja visão politeísta era muito diferente da do cristão monoteísta.

O grande trabalho de Anchieta a respeito da tradução, entre outros, foi de traduzir conceitos de sua língua para o tupi, língua falada pelos nativos e muito distante do português. A língua, os costumes e a religiosidade eram totalmente distintos, haveria então um processo de *translatio* que se apoiava na tradução de conceitos cristãos para a realidade do índio brasileiro.

Os trabalhos de tradução realizados por Anchieta atravessaram época por sua força e influência na cultura brasileira. É exatamente essa força e influência que descreveremos nas páginas deste trabalho.

Os indígenas e os europeus

Padre José de Anchieta era pertencente à Companhia de Jesus (Jesuítas), ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola. Seu objetivo principal era difundir a fé católica. Durante o século XVI, foi uma das principais ordens a combater o protestantismo de Lutero. Era uma ordem que tentava atrair fiéis Para o tradutor Paulo Edson², em *Catolicismo Indígena*: Como as traduções feitas por José de Anchieta para o tupi moldaram o cristianismo do Brasil Colônia (2010), “como a Igreja Católica estava sofrendo perdas consideráveis

² Paulo Edson é professor de Literatura Inglesa da Universidade de Sorocaba.

devido à Reforma Protestante, ela autorizava e avalizava o rei de Portugal a ter em seus navios homens que propagassem a fé em terras distantes” (p. 47).

No trabalho de propagação da fé, os homens da Companhia chegavam a lugares distantes e com culturas diferentes da europeia, nos quais realizavam um trabalho evangelizador, para o qual era preciso adentrar na cultura do povo a ser catequizado. A língua não podia ser um obstáculo, e era preciso aprendê-la para o evangelizador se comunicar e transpor conceitos para a nova cultura.

No livro *Dialética da Colonização* (1992), Alfredo Bosi descreve o trabalho de Anchieta e o reconhece como o mais importante jesuíta do Brasil no século XVI. Para Bosi, “o projeto de transpor a mensagem católica para a fala do índio demandava um esforço para penetrar no imaginário do outro” (p. 65).

Para que o trabalho de Anchieta alcançasse seu objetivo, era necessária, conforme Edson (2010, p. 101), “a imersão na cultura indígena para que, a partir dos elementos culturais detectados, fosse possível estabelecer os alicerces para a pregação”. Dentre esses elementos estava a língua dos nativos, o tupi.

Para Anchieta, a língua não foi e não podia ser dificuldade. O apostolado não o impediu de cultivar sua pesquisa no âmbito das letras. Ele falava português, castelhano, latim e aprendeu o tupi, para propagar a voz da Igreja. Edson aponta que:

A utilização do tupi para veicular a mensagem católica antecipou em alguns séculos o conceito contido no discurso de 1965 do papa Paulo VI destinado a tradutores, no qual ele afirmava que as línguas vernáculas haviam-se tornado *vox Ecclesiae*, ou seja, a voz da Igreja. (2010, p. 102).

Era preciso penetrar na cultura indígena para poder entender como o índio pensava e o que tinha como crença. Para Edson (2010, p. 37), “A estrutura religiosa dos índios, segundo Vitória, indicava, apesar de estarem longe da verdade, ao menos consciência do tipo de verdade a ser seguida”. Edson refere-se a Francisco de Vitória, que, ao lado de Juan Ginés de Sepulveda e Bartolomé de Las Casas, discutiu intensamente o modo como os espanhóis deveriam tratar os nativos.

Os jesuítas seguiam alguns procedimentos dos franciscanos ao catequizar os astecas. Era necessária uma conversão ao modo de vida do povo:

Para tal, adotaram o modo de vida do indígena e rapidamente adquiriram os mecanismos da cultura asteca: aprenderam *náuatle* e outras línguas nativas da região para que fossem possíveis a tradução dos textos católicos e a elaboração da gramática dessas línguas. (EDSON, 2010, p. 20).

Quando os jesuítas vieram para o Brasil não foi diferente; somente seria possível um contato com o nativo pelo aprendizado de sua língua e compreensão de seus costumes. A tradução da língua e dos conceitos tinha que ocorrer de maneira efetiva para que a mensagem fosse aceita. “Tanto os jesuítas como os franciscanos nas Américas visualizavam a realização de uma convergência cultural por meio da tradução e da equivalência” (EDSON, 2010, p. 21).

Ao aprender a língua do povo nativo, era possível compreender como eles pensavam e manifestavam suas crenças e costumes. Desta forma, os jesuítas podiam inserir na cultura indígena a ideologia do europeu cristão. A tradução foi o canal que estabeleceu grande trânsito nas relações interculturais entre colonizadores e colonizados, apesar de ser uma relação de poder da Coroa portuguesa.

Reconhecemos que as traduções de Anchieta são produtos decorrentes do fenômeno literário, que constroem o conhecimento no âmbito cultural indígena e europeu. Segundo o teórico dos estudos de tradução André Lefevere: “O que a literatura se propõe a fazer é a descrição da experiência nas suas dimensões pessoais e sociais; ao fazê-lo, esta recebe e compartilha conhecimento” (LEFEVERE, 1977, p. 51-52, apud VIEIRA, 1996, p. 140).

Os trabalhos de aquisição e tradução de Anchieta lembram a ideia de polissistemas do teórico israelense Even-Zohar, que estabelece relação entre língua e literatura no âmbito sociocultural. Ao catequizar os índios, Anchieta estuda sua cultura e forma de vida, e a vê não como produto, mas como um conjunto de ações dentro de vários sistemas integrados.

A mensagem dos jesuítas europeus aos nativos tinha que ser significativa, o que seria possível por sua veiculação na língua dos nativos. Ao aprendê-la, os jesuítas (europeus) transportavam conceitos, ideologias e cultura para o Novo Mundo. Deveria haver nessa relação a troca de culturas entre os indígenas e europeus, com aporte da tradução. Para Carvalhal, em *A tradução literária* (1993), “as traduções constituem um setor importante das trocas culturais” (p.50). Porém, essa troca era bem desigual, prevalecendo o poder da Coroa.

Como se sabe, houve grande choque de cultura entre os nativos e os europeus, tanto quanto à concepção religiosa como em relação ao exercício de poder, pois para os portugueses os índios estavam submissos a eles. Os europeus objetivavam conquistá-los de forma “pacífica” para civilizá-los, desconsiderando que o nativo já era um ser socializado. Conforme relata Edson,

Vitória justificava seu pressuposto apontando várias peculiaridades da cultura indígena que indicavam vestígios de civilidade, tais como moradias, suas

habilidades de imitação e especulativa, suas disputas, festas, cerimônias e a necessidade de manipularem seu espaço social. (2010, p. 37).

O simples fato de os europeus não considerarem os indígenas um povo civilizado já mostrava sua postura de superioridade em relação aos nativos. O europeu almejava a conquista da terra e de seus produtos, visava o poder político e econômico, desconsiderando o contexto cultural do nativo. No pensamento do europeu havia um ideário colonizador, enquanto para o índio havia apenas a relação de troca cultural.

Os europeus, em um primeiro momento, não declaram guerra contra o índio, mas sorrateiramente abalaram suas estruturas culturais, o que pode se igualar a uma guerra no sentido de destruição. A tradução é a ponte que conecta a proposta de construção à ação destruidora na história do indígena brasileiro.

Anchieta e o tupi

José de Anchieta mergulhou na cultura indígena para entender o que os nativos pensavam, e, desta forma, aprendeu a língua tupi. Seu empenho foi tão grande que não só aprendeu como também foi ele quem escreveu a primeira gramática do tupi, com o título *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* – que teve sua primeira versão em 1555. Ao compreender a estrutura da língua tupi, os jesuítas poderiam se aproximar mais dos índios.

O contato de Anchieta com o tupi se deu logo no início da sua chegada ao Brasil, em 1553. Em dois anos, “por meio da convivência com os indígenas do planalto pôde adquirir proficiência em tupi” (EDSON, 2010, p. 103). Isso mostra a intensa convivência dele com os índios, como um tradutor que mergulhou na cultura receptora para melhor entendê-la.

Ao formular a gramática do tupi, Anchieta tirou a língua de sua condição ágrafa para torná-la acessível aos outros missionários e para que ela não se perdesse com os falantes. Esse registro histórico permitiu que a língua se perpetuasse na cultura brasileira (como língua escrita). Podemos reconhecer em seu trabalho a valorização da cultura indígena no Brasil Colônia que, infelizmente, foi se perdendo ao longo dos anos.

Anchieta registrou e pôs à disposição para o futuro a língua e a cultura indígenas, de forma semelhante a outros missionários em outras partes do mundo: “Os primeiros missionários a chegar aos Camarões fizeram muito para estimular o desenvolvimento da literatura em sua forma escrita” (DELISLE; WOODSWORTH, 1998, p. 106). Pela forma

escrita do tupi, Anchieta e outros passaram a ter a oportunidade de traduzir e criar obras que pudessem ser entendidas para além do território nacional.

A tradução tem sua importância porque por meio dela se estabelece uma relação intercultural. Acreditamos que sem ela haveria um choque de culturas. As traduções de Anchieta estabeleceram esse diálogo com o nativo, a despeito do espírito europeu de dominação. A tradução materializa uma ponte entre um povo e outro, apesar das diferenças de propósitos e interesses; como lembra o poeta mexicano Octavio Paz, “graças à tradução, nos inteiramos e de que nossos vizinhos falam e pensam de um modo distinto do nosso” (2009, p. 1).

Pela tradução, dá-se o caminho para chegar até o outro e com ele estabelecer trocas culturais e materiais que invariavelmente alteram ambos os lados. Novamente nas palavras de Paz, “a tradução implica uma transformação” (2009, p. 1).

É importante ressaltar que na época do Brasil Colônia, havia vários povos indígenas espalhados pelo território. Melatti, em *Índios do Brasil*, lembra que “Suas línguas eram numerosas. Orientavam sua existência conforme as mais diferentes maneiras de conceber o homem e o universo” (2007, p. 17).

Anchieta concentrou sua missão na costa brasileira, onde estava a maior parte dos índios de língua tupi, chamados de tupinambás, “etnônimo utilizado para designar os grupos tupis habitantes na costa brasileira que compartilhavam a mesma língua e a mesma cultura” (SANTOS, 2007, p. 74). Apesar de ser um território extenso, Anchieta percorria a pé todo litoral onde habitavam os tupinambás, região entre os atuais estados de São Paulo e Maranhão. Como tradutor, ele não deixava passar despercebido nada que fosse diferente no tupi de uma região para outra.

Anchieta estava atento às variantes dialetais da costa brasileira, como nos mostra Edson em: “na folha 1b da Gramática ele ressalta que o verbo ‘açopotar’, falado nos campos de Piratininga, é pronunciado ‘açotopá’ em São Vicente. Referências semelhantes são encontradas ao longo de toda a obra” (2010, p. 103).

Há nesse trabalho de tradução de Anchieta do português para o tupi uma lacuna relativa ao receptor da obra. Ele traduzia para evangelizar os índios da costa brasileira, com o objetivo de conquistá-los para o catolicismo e afastá-los da Reforma Protestante, porém, até sua chegada ao Brasil, o tupi era uma língua ágrafa, os índios falavam, mas não sabiam ler. O que

ele escrevia, portanto, não era para ser lido pelos índios, mas seria um material no qual os missionários se apoiariam no entendimento dos costumes e da língua.

Se os índios não sabiam ler, como seriam catequizados? Para Amorim “cada leitor cria imagens mentais sobre a obra que lê” (2013, p. 19). Os nativos não tinham essa possibilidade, pois a leitura não fazia parte da sua cultura. Então os trabalhos de Anchieta na tradução tupi eram destinados aos novos missionários que viriam ao Brasil.

O trabalho de tradução de Anchieta foi de grande importância porque ele não foi um tradutor distante da cultura receptora, mas viveu nela para entender a língua e suas variantes.

O tradutor sabe sempre de onde irá iniciar seu fazer criativo, ao qual acresce também outras referências: “a tradução sabe sempre onde deve iniciar, isto é, pela leitura do texto que escolheu transpor” (CARVALHAL, 1993, p. 47). Essa afirmação pressupõe um texto já criado, que, ao ser traduzido, será recriado pela visão do tradutor. No caso de Anchieta, não havia um texto de partida pronto para ser traduzido, o que torna seu trabalho ainda mais brilhante como tradutor. Neste sentido, ele não apenas recriava, mas no ato de traduzir também criava a escrita em língua tupi.

Nesse ato duplamente criador, ele escreveu obras literárias em tupi que continham ideologia missionária e qualidade artística, a chamada literatura jesuítica. Para Robinson (1997, p. 43), “A tradução cultural em etnografia é o processo [...] não de traduzir textos culturais específicos, mas de consolidar uma grande variedade de discursos culturais em um texto”.

Na tentativa de introduzir o discurso cristão ao nativo, Anchieta buscou na cultura indígena correspondentes para as duas línguas (português e tupi). O conceito de Deus em português não poderia ser o mesmo em tupi, já que os índios tinham uma cultura politeísta, conforme exemplifica Edson (2010, p. 149):

Segundo os Apapocovas, *Nhanderuvucu* (Nosso Grande Pai) é a entidade mitológica mais importante. Ele é responsável pela criação da Terra e da água. Juntamente com *Nhanderu Mbaecuaá*, criam a primeira mulher, chamada *Nhandecy* (Nossa mãe) que se torna esposa de ambos e mãe de dois outros seres mitológicos, os gêmeos *Ñanderyquéy* e *Tyvýry* que serão responsáveis pela criação de outros diversos elementos terrenos.

Outro filho surge de *Nhanderuvucu* e *Nhandecy*, o caçula *Tupã*, que era o trovão. Na tradução jesuítica, *Tupã* é equivalente ao Deus cristão, porque as duas entidades compartilham a superioridade e a habitação no céu. Para os índios, diferentemente dos cristãos, não havia bem ou mal entre as divindades, mas houve a necessidade de traduzir para

o índio tais conceitos. Se a associação com Tupã foi a forma que os jesuítas encontraram de traduzir Deus para os nativos, era preciso haver um ser do mal que se opusesse a Ele. Conforme relata Edson (2010), a entidade selecionada como demônio da literatura jesuítica foi *Anhanga*, apesar de não ser do mal, pois era protetor dos animais e da floresta, mas os índios tinham medo dele.

Os conceitos de bem e mal, Deus e diabo, advindos do cristianismo europeu, formaram e moldaram o Brasil cristão de hoje. O trabalho missionário dos jesuítas influenciou a concepção religiosa ainda existente no Brasil, e a tradução, como uma força, estabeleceu a relação entre uma cultura e outra.

Como os índios faziam encenações para cada época e para as entidades superiores e não sabiam ler, Anchieta recorreu ao teatro e à poesia para catequizar; nessas obras havia representações do bem e do mal, figuras até então desconhecidos pelos nativos.

As obras eram adaptadas para a realidade do nativo, com a intenção de disseminar o discurso cristão. Desta forma, vemos que Anchieta trabalhou as palavras como um jogo que exerce influência através das refrações, apontadas por Lefevere em *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária* (2007). A refração pode influenciar um sujeito na cultura e na realidade de outros; com o olhar de tradutor, Anchieta refrata – reescreve – a realidade dos indígenas, estabelecendo com eles um jogo no qual acabam entrando. Essa refração não parte de um texto para a realidade, mas da realidade para o texto/obras.

Além de o catequizador entender e traduzir tupi, ele vai lançar mão de linguagens universais, inclusive colocando em uso a língua recém-apropriada, conforme explica Toledo (2004, p. 17):

O ponto de encontro na comunicação entre esses dois mundos estaria, justamente, no que havia de comum na expressão de ambos, a música, a dança e, posteriormente, o teatro. Ou seja, para se aproximar do índio, o jesuíta utilizou-se das formas universais de comunicação.

Desse ângulo, podemos refletir sobre alguns trechos dos trabalhos de Anchieta, expostos e comentados a seguir, transcritos da obra *Diálogos da fé*, do Pe. Anchieta, publicada em 1988 com introdução e notas do Pe. Armando Cardoso.

Confissão e Comunhão

Abá abépe aipó Tupã ñeénga oiaby?

Pajé rerobiasára.

Quem mais quebra o Mandamento de Deus?

Quem crê nos feiticeiros.

Logo no primeiro mandamento, temos um ataque à cultura do nativo, já que o pajé é um feiticeiro. Trechos de algumas obras:

Poesia

Tupansy porangeté, (a)

oropáb oromanómo (b)

ore moingobé jepé (a)

nde menbýra moñyrómo (a)

inongatuábo; (c)

oré rarómo (b)

oré ánga pysyrómo (b)

Mãe de Deus muito formosa,
conforta-nos
na nossa morte,
fazendo manso teu filho
e compassivo
defende-nos
salva nossa alma.

Sobre a escrita de teatro, até o momento há conhecimento de oito peças de Anchieta: Auto da Festa de Natal, Na festa de São Lourenço (1587), Excerto do Auto de São Sebastião (sem data), Na Aldeia de Guaraparim (1585), Recebimento que fizeram os índios de Guaraparim ao Pe. Marçal Beliarte (1589) Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba (1590), Recebimento do Administrador apostólico Pe. Bartolomeu Simões Pereira (1591) e Recebimento do Pe. Marcos da Costa (1596).

Depois de fundar São Paulo, José de Anchieta encenou a primeira peça da cidade, Pregação Universal (1561), em 1567, uma peça trilíngue: tupi, espanhol e português. Tinha

como personagens Adão, demônios e a perdição humana; o cenário era um presépio. Segue-se a transcrição de um trecho do segundo ato:

Guaixará

Esta virtude estrangeira
Me irrita sobremaneira.
Quem a teria trazido,
com seus hábitos polidos
estragando a terra inteira?
Só eu
permaneço nesta aldeia
como chefe guardião.
Minha lei é a inspiração
que lhe dou, daqui vou longe
visitar outro torrão.
Quem é forte como eu?
Como eu, conceituado?
Sou diabo bem assado.
A fama me precedeu;
Guaixará sou chamado.

Diálogo do demônio com Guaixará:

Ndiapysýkixópemo serobiasára
opyápe ñóte serobiámo?
O mba'e, n' ipó, asé
opy' a pupés~aúsub~i
Não basta que o crente
cresse somente em seu coração?
Suas próprias coisas, na verdade,
a gente ama em seu coração.

A expressão *opy' a*, no segundo trecho, em seu sentido literal, designa o fígado na cultura tupi, órgão responsável pelos sentimentos; na tradução é adaptado para coração. As peças de Anchieta eram encenadas nos pátios das igrejas.

Quadro 1 – Tradução assimiladora de Anchieta em Diálogo da Fé

Termo utilizado por Anchieta	Tradução literal	Equivalente em português
Añanga ratá	fogo de Anhangá	inferno
Karaibebé	feiticeiro voador	anjo
Tupã ókupe	na casa de Tupã	na igreja
Ñemongaraiba	ficar enfeitizado	batismo
Tupã ñeénga	fala de Deus	mandamento
Jekuakúbusú	grande jejum	quaresma
Ykaraíba	líquido enfeitizado	água benta
Kauîajasy	cauim azedo	vinagre

Fonte: Adaptado de Edson (2010, p. 203-204).

Apesar de todo o esforço e trabalho de tradução de Anchieta para aprender e preservar a língua tupi, em 1758, o Marquês de Pombal³ proibiu o ensino da língua nas escolas. A língua portuguesa passou então a ser a mais falada no Brasil. O tupi é considerado uma língua morta atualmente no Brasil, desta forma vemos claramente a dominação da Coroa sobre os nativos, que até hoje lutam para preservar sua cultura.

Anchieta e o sistema de mecenato segundo Lefevere

Conquistar o nativo, para o colonizador, era estratégia de dominação; seu objetivo era tomar e dominar a terra para transferir seu poder. Havia, conforme Edson (2010, p. 157), “desejo extremo dos colonizadores em terem os indígenas como mão-de-obra (dominação física) e pelo esforço colossal dos jesuítas em converterem as almas ao Cristianismo (a dominação simbólica)”. Neste aspecto, a Gramática de Anchieta era uma ferramenta de conquista religiosa e política.

³ Sebastião José de Carvalho foi um diplomata português e Secretário de Estado de Portugal no reinado de D. José I (1750-1777).

Em 1524, o Papa Leão X, pela bula *Praeclarae devotiones*, dava à Coroa portuguesa autorização para administração e organização da Igreja na colônia, que não tinha subordinação a Roma. As missões dos jesuítas estavam sujeitas ao poder da Coroa portuguesa, havendo interesses ideológicos e políticos da monarquia portuguesa, controladora dos missionários.

O padroado controlava o número de missionários no Brasil, sendo que entre 1549 e 1580 somente os jesuítas, indicados pela Coroa, tiveram autorização para atuarem [...] o padroado também que determinava a estratégia geográfica de fundação de colégios e conventos (EDSON, 2010, p. 162; destaques nossos).

A Coroa financiava a construção de igrejas, mas as atividades realizadas deviam ser informadas à Coroa por meio escrito. Havia então um patronato ideológico do clero e da Coroa. No sistema de mecenato, há a carga ideológica na tradução de conceitos que podem ser transmitidos, estabelecendo-se limite na reescrita. Os jesuítas certamente não podiam escrever ou traduzir para o tupi alguma ideia que fosse contra a Coroa.

Para a Coroa, era de extrema importância a missão dos jesuítas, mas com interesses diversos. Transmitir os conceitos do cristianismo para os nativos era um modo de alinhá-los ao pensamento português e, por isso, os missionários recebiam ajuda do império. Edson esclarece essa estratégia colonizadora:

Perante a monarquia portuguesa, a evangelização era atividade primordial no processo colonizador, a via por onde o transplante do *modus vivendi* português ocorria, em que cristianização equivalia a “aportuguesamento” (2010, p. 160).

Para que a missão acontecesse, era preciso que ocorresse dentro da ideologia dos colonizadores. Para os jesuítas, era de certa forma um engessamento de seu trabalho; eles estavam controlados pela Coroa, o que caracteriza o mecenato. O poder financiava e controlava as atividades de escrita, que veiculava a ideologia cristã e política.

O controle ideológico levava a entender que o processo de colonização poderia ser justo e necessário, porém ele feria a cultura indígena, colocando-a de lado e enaltecendo a europeia. Era, assim, um controle de patronato, que os missionários se submetiam para realizar suas missões no Novo Mundo; estavam dentro de limites, eram controlados, conforme explica Lefevere (2007, p. 39): “A aceitação do mecenato implica, portanto, que escritores ou reescritores trabalhem dentro dos parâmetros estabelecidos por seus mecenas e que eles estejam dispostos a autenticar e sejam capazes de legitimar tanto o status quanto o poder de seus mecenas [...]” Este ponto dialoga com a afirmação de Edson (2010, p. 161): “Outro

aspecto que devemos ressaltar é que os colégios dos jesuítas no Brasil, financiados pela Coroa portuguesa a partir da segunda metade do século XVI, são as principais referências de cultura na colônia e pólos de formação educacional”. O que se ensinava estava de acordo com a Coroa e era controlado por ela; logo, quem ensinava estava pressionado pela ideologia do poder de Portugal.

Os trabalhos de tradução de Anchieta estavam limitados pela Coroa; os jesuítas podiam realizar seus trabalhos, mas com certo tipo de controle. A esse tipo de poder que impõe limite, Lefevere denomina “régua com a qual a produção corrente é medida” (2007, p. 40). A régua que media a produção de Anchieta era o padroado régio do Brasil colonial que, em Lefevere, é chamado de patronato literário, independentemente da denominação de ambas as dominações. Edson explica (2010, p. 162):

[...] em termos de reflexão à produção literária de Anchieta: toda a sua obra foi moldada nos contornos do projeto colonizador, no qual a Igreja e Estado tinham o mesmo objetivo: o de fazer com que os homens da terra fossem incorporados ao sistema religioso e, por consequência, aos sistemas social e econômico europeus.

Desta forma, podemos entender que a missão (religiosa) e política (colonizadora) estavam entrelaçadas: os objetivos eram semelhantes, orbitados na conquista do outro. Mas na medida em que este outro é conquistado, é também dominado; a tradução funcionava entre este laço cultural, que nada mais foi do que um jogo de poder, que moldou o Brasil na época colonial. Os objetivos, embora diferentes, convergiam: um queria conquistar as almas; o outro, escravos, riquezas, a própria terra, para a propagação do reino. Com a colonização, os portugueses ganharam e os nativos perderam e ganharam, mas cremos que os nativos sofreram perdas irreparáveis.

Conclusão

A análise dos trabalhos do Pe. José de Anchieta evidencia que a tradução teve papel fundamental para a conquista do nativo. Essa conquista foi motivada pelos interesses ideológicos da Coroa portuguesa, que pretendia civilizar um povo considerado não civilizado.

Esse processo deixou de lado a cultura e a língua do índio, que não tinha consciência da cobiça do homem branco europeu. Apesar disso, o trabalho de tradução de Anchieta, ao que tudo indica, foi uma forma vital de preservar a língua tupi e com ela a cultura indígena brasileira, em particular dos povos que viviam na região costeira.

Se, por um lado, houve a preocupação por parte dos jesuítas de valorizar a língua tupi, por outro não se deu tanto valor à língua falada pelos índios, a qual foi banida do ensino por Marquês de Pombal, provocando a desvalorização de toda a cultura nativa do território brasileiro.

Referências

- AMORIM, Marcel Álvaro de. Da tradução intersemiótica à teoria da adaptação intercultural: estado da arte e perspectivas futuras. *Itinerários*, Araraquara, UNESP, n. 36, p. 15-33, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5652>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- ANCHIETA, Pe. José de. *Diálogos da fé*. Introdução histórico-literária e notas do Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHAL, Tania Franco. A tradução literária. *Organon*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 7, n. 20, p. 47-52, 1993. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/39381/25174>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. *Os Tradutores na História*. São Paulo, Ática, 1998.
- EDSON, Paulo. *Catolicismo Indígena: Como as traduções feitas por José de Anchieta para o tupi moldaram o cristianismo do Brasil Colônia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- PAZ, Octavio. *Tradução: literatura e literalidade*. Tradução Doralice Alves de Queiroz. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2009. Disponível em: <<http://150.164.100.248/vivavoz/data1/arquivos/traducao2ed-site.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- ROBINSON, Douglas. *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained*. University of Michigan: St. Jerome Publishing, 1997.
- SANTOS, Breno Machado dos. Missões e Colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, UFJF, v. 4, n. 1, p. 64-84, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/4-6.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

TOLEDO, Leonardo Ramos de. *O riso no teatro brasileiro*. Monografia (Graduação em Jornalismo). Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LToledo.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. André Lefevere: A teoria das refrações e da tradução como reescrita. In: _____ (Org.). *Teorizando e Contextualizando a Tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 1996. p. 105-150.